

JUVENTUDES, TRABALHO E RENDA: PANORAMA DAS PESQUISAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO BRASIL¹

Eloiza Helena Gonçalves Maia²

Paulo Márcio Ferreira Silva³

Raquel Quirino⁴

RESUMO

O presente artigo apresenta um panorama das pesquisas sobre juventudes, trabalho e renda, desenvolvidas nos programas de pós-graduação stricto sensu em Educação no Brasil. O estudo tem como objetivo identificar e analisar as principais tendências temáticas, teóricas e metodológicas dessas produções, compreendendo de que modo os programas de pós-graduação têm abordado a inserção das juventudes no mundo do trabalho e os desafios decorrentes da precarização das condições laborais. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseou-se em levantamento bibliográfico e documental, tomando como fonte principal os repositórios do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, com recorte temporal de 2014 a 2024. A análise dos dados permitiu identificar uma concentração significativa de estudos nas regiões Sudeste e Sul, com predominância de abordagens que articulam juventude, educação profissional e políticas públicas de empregabilidade. Observou-se, ainda, uma presença expressiva de pesquisas com viés crítico, que denunciam a flexibilização das relações de trabalho e a redução das oportunidades para os jovens das classes populares desfavorecidas. Conclui-se que a produção científica nacional evidencia tanto o avanço na compreensão das múltiplas dimensões que atravessam as juventudes quanto a necessidade de ampliar a pesquisa empírica sobre as formas contemporâneas de inserção produtiva e resistência juvenil no contexto neoliberal.

Palavras-chave: Juventude; Trabalho; Renda; Educação Profissional; Políticas Públicas.

I- INTRODUÇÃO

As transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas nas últimas décadas vêm redefinindo o papel do trabalho na vida das juventudes e impactando profundamente suas trajetórias de formação e inserção profissional. A crescente precarização do emprego, o avanço das tecnologias digitais e a disseminação de formas flexíveis de contratação configuram um cenário de incerteza e vulnerabilidade, especialmente para os jovens das classes populares. Nesse contexto, o trabalho, historicamente concebido como elemento estruturante da identidade e da emancipação

1 Resultado de projeto de pesquisa, ensi no ou extensão.

2 Doutoranda em Educação no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, eloizagm@terra.com.br

3 Mestrando em Educação Tecnológica no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, paulomarcioadv@yahoo.com.br

4 Doutora em Educação, Professora Associada no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG. quirinoraquel@hotmail.com. Orientadora.



social, tem assumido novas funções, marcadas pela instabilidade e pela fragmentação das experiências laborais.

No Brasil, a problemática do trabalho juvenil insere-se em uma conjuntura de profundas desigualdades estruturais, nas quais a renda e as oportunidades de inserção produtiva estão fortemente condicionadas por fatores regionais, raciais e educacionais. As juventudes periféricas e trabalhadoras enfrentam barreiras que vão desde o acesso limitado à formação profissional até a inserção em empregos informais e de baixa remuneração. Essa realidade é intensificada pelas políticas de ajuste econômico e pelas reformas trabalhistas e educacionais orientadas pela lógica neoliberal, que flexibilizam direitos e transferem para o indivíduo a responsabilidade pela própria empregabilidade.

A literatura crítica sobre juventudes e trabalho (Frigotto, 2017; Dayrell, 2018; Carrano, 2019; Leão, 2020) tem evidenciado a necessidade de compreender a inserção dos jovens no mercado não apenas como questão econômica, mas como fenômeno social e político. A juventude é atravessada por disputas simbólicas e materiais que determinam modos de viver, produzir e projetar o futuro. Assim, estudar o trabalho e a renda das juventudes significa também analisar as condições concretas que definem o lugar dos jovens na estrutura de classes e suas possibilidades de emancipação.

Neste artigo, propõe-se mapear e analisar as pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação stricto sensu em Educação que abordam a temática das juventudes, trabalho e renda no Brasil. O estudo busca identificar tendências teóricas, recortes metodológicos e lacunas investigativas, com o objetivo de compreender como a produção científica tem interpretado as múltiplas formas de inserção e resistência juvenil diante das transformações do mundo do trabalho. A intenção é contribuir para o debate sobre a função social da educação e das políticas públicas na promoção de uma juventude com acesso digno à formação e ao trabalho, como parte do direito à cidadania plena.

II- METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e levantamento do estado do conhecimento. Essa escolha metodológica tem como propósito identificar, sistematizar e analisar as produções científicas que tratam das temáticas juventudes, trabalho e renda no âmbito dos programas de pós-graduação stricto sensu em Educação no Brasil, buscando compreender as





juvenis no Brasil contemporâneo.

A leitura analítica das dissertações e teses revelou que as produções se concentram, majoritariamente, em três eixos de discussão:

1. Políticas públicas de juventude e inserção no trabalho;
2. Educação profissional e o Ensino Médio como espaço de formação para o trabalho;
3. Juventudes periféricas, vulnerabilidade social e precarização das condições de vida.

A seguir, são apresentados quadros sintéticos que permitem visualizar o panorama geral das produções, organizadas por período, região geográfica, nível de titulação e eixos temáticos. Esses quadros cumprem função descritiva e interpretativa, evidenciando o perfil da produção e subsidiando a análise crítica subsequente.

Observa-se, a partir do Quadro 1, uma ampliação gradual das pesquisas a partir de 2016, coincidindo com o contexto de reformas educacionais e trabalhistas que impactaram diretamente as juventudes brasileiras. O aumento das produções no período pós-2019 reflete o interesse em compreender os efeitos da precarização do trabalho e da retração das políticas públicas no cenário pós-pandemia.

Quadro 1 – Distribuição das pesquisas por ano de defesa (2014–2024)

Ano	Mestrado	Doutorado	Total	Tendência observada
2014 a 2016	6	1	7	Início das produções sobre juventudes, com foco em políticas públicas e inserção profissional.
2017 a 2019	7	1	8	Expansão das pesquisas sobre juventude e educação profissional; destaque para programas como PRONATEC e ProJovem.
2020 a 2022	4	—	4	Consolidação de estudos sobre vulnerabilidades e juventudes periféricas; abordagem crítica ao trabalho precário.
2023 a 2024	1	—	1	Ampliação das reflexões sobre juventudes e renda, ainda incipiente nas produções da área.
Total	18	2	20	Panorama das pesquisas no decênio 2014–2024.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Compreendida essa evolução temporal, é possível observar que a expansão da produção científica se distribui de forma desigual pelo território nacional. Essa desigualdade não é apenas quantitativa, mas reflete também as condições estruturais de pesquisa e o acesso



diferenciado à pós-graduação entre as regiões do país, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição das pesquisas por região geográfica

Região	Número de produções	Principais instituições
Norte	2	Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Nordeste	7	Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Sudeste	6	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade de São Paulo (USP); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)
Sul	5	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS); Universidade de Caxias do Sul (UCS)
Centro-Oeste	0	—
Total	20	—

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A análise da distribuição regional das produções evidencia uma assimetria significativa na presença das pesquisas sobre juventudes, trabalho e renda no Brasil. As regiões Sul e Sudeste concentram a maior parte dos estudos (55%), o que reflete tanto a maior densidade institucional dos programas de pós-graduação quanto o volume histórico de investimentos em pesquisa nessas áreas. Nelas predominam investigações que discutem políticas de formação profissional, empregabilidade e programas governamentais de inserção juvenil, com forte viés analítico sobre as políticas de Estado e seus impactos.

Já as regiões Norte e Nordeste (45%) apresentam uma produção expressiva, ainda que numericamente inferior, marcada por abordagens que enfatizam as vulnerabilidades sociais das juventudes e as desigualdades regionais de acesso à educação e ao trabalho. Nessas produções, observa-se um esforço de dar voz às juventudes periféricas e rurais, destacando-se estudos qualitativos que exploram as experiências e expectativas dos jovens em contextos de exclusão e informalidade.

Por outro lado, não foi identificada nenhuma produção na região Centro-Oeste, o que



revela um vazio investigativo preocupante. Essa ausência pode estar relacionada à menor concentração de programas de pós-graduação em Educação, especialmente voltados à temática das juventudes e do trabalho, mas também aponta para um desafio de democratização da pesquisa científica. A falta de estudos nessa região limita a compreensão integral do fenômeno das juventudes brasileiras e reforça as desigualdades territoriais na produção do conhecimento acadêmico.

Assim, o panorama geral indica que a pesquisa sobre juventudes, trabalho e renda no Brasil ainda é fortemente marcada por desequilíbrios regionais, tanto em volume quanto em enfoque. Enquanto o Sul e o Sudeste mantêm uma produção consolidada, o Norte e o Nordeste ampliam gradualmente sua visibilidade científica, e o Centro-Oeste permanece como uma lacuna epistemológica a ser enfrentada pelas políticas de fomento e pelas redes de pesquisa nacionais.

A partir da leitura e sistematização das vinte produções selecionadas, foi possível identificar quatro eixos temáticos predominantes que sintetizam as principais abordagens sobre juventudes, trabalho e renda nos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil. Esses eixos refletem tanto as prioridades de investigação das diferentes regiões quanto as perspectivas teóricas mobilizadas nas pesquisas.

Enquanto parte dos estudos se concentra na análise de políticas públicas e programas de inserção profissional, outros enfatizam as condições de vulnerabilidade e as expectativas das juventudes em relação ao mundo do trabalho.

Observa-se ainda uma forte presença de investigações voltadas à educação profissional e tecnológica, em contraste com a escassez de produções que tratem especificamente da renda como categoria analítica. O Quadro 3 a seguir apresenta a síntese desses eixos temáticos, indicando seus focos principais, a quantidade de produções identificadas e os autores mais referenciados.



Quadro 3 – Eixos temáticos predominantes nas pesquisas

Eixo Temático	Foco principal	Nº de produções	Autores de referência
Políticas públicas e programas de inserção juvenil	Análise de políticas como ProJovem, Jovem Aprendiz, PRONATEC e Agenda Nacional de Trabalho Decente; discussão sobre limites e contradições na efetivação das ações governamentais.	7	Antunes (2005, 2010); Frigotto (2007); Moura (2015); Novaes (2012)
Juventudes, vulnerabilidades e expectativas de inserção	Estudo das condições sociais, econômicas e culturais das juventudes em contextos periféricos, rurais e de vulnerabilidade, com ênfase nas expectativas e trajetórias de vida.	6	Abramovay (2007); Dayrell (2016); Esteves (2007)
Educação profissional e mundo do trabalho	Análise das experiências formativas em cursos técnicos e programas educacionais voltados à empregabilidade, relacionando educação e inserção produtiva.	5	Arroyo (2006); Saviani (2007); Ciavatta (2008); Bourdieu (1983)
Juventudes e renda: lacunas e perspectivas	Produções que tocam marginalmente a temática da renda, indicando ausência de abordagens analíticas robustas sobre desigualdade e redistribuição.	2	Freire (2011); Antunes (2013)

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A organização temática das 20 produções revela uma predominância de estudos voltados às políticas públicas e à educação profissional, com forte ênfase na relação entre juventude e empregabilidade. Entretanto, observa-se uma lacuna expressiva nas análises sobre renda, que aparece apenas de forma tangencial em algumas produções.

Enquanto os estudos das regiões Norte e Nordeste priorizam as vivências, vulnerabilidades e expectativas juvenis, os das regiões Sul e Sudeste concentram-se em avaliar programas institucionais e políticas de governo, frequentemente criticando seu caráter adaptativo ao mercado de trabalho.

Essa assimetria temática reflete as desigualdades regionais e epistemológicas na produção científica brasileira sobre juventudes e evidencia a necessidade de aprofundar investigações que articulem trabalho, renda e justiça social de maneira integrada e crítica.

Assim, o mapeamento realizado demonstra que o campo de estudos sobre juventudes, trabalho e renda se encontra em expansão, mas ainda apresenta lacunas importantes. Essas



lacunas dizem respeito tanto à ausência de abordagens interseccionais quanto à necessidade de pesquisas empíricas que investiguem o impacto real das políticas públicas na vida concreta dos jovens brasileiros.

IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do panorama da produção científica sobre juventudes, trabalho e renda, no campo da Educação, evidencia que, embora o tema tenha ganhado crescente visibilidade na última década, ele ainda é marcado por assimetria teórica e desigualdade regional na distribuição das pesquisas. O predomínio de estudos nas regiões Sudeste e Nordeste, bem como o maior volume de dissertações em relação às teses, revela que o debate está em processo de consolidação, ainda mais voltado à compreensão descritiva de políticas e programas do que à produção de modelos teóricos próprios.

De modo geral, as investigações analisadas reafirmam a centralidade das políticas públicas de inserção laboral e de educação profissional na conformação das trajetórias juvenis. A juventude é frequentemente abordada como categoria social vulnerável, situada na interseção entre escola, trabalho e desemprego, e fortemente afetada pelas transformações do capitalismo contemporâneo. Essa perspectiva crítica, presente em autores como Frigotto (2017), Küenzer (2001) e Dayrell (2018), destaca o papel do Estado na manutenção das desigualdades e na oferta de políticas que, muitas vezes, se limitam à lógica da empregabilidade e da adaptação ao mercado.

Contudo, observa-se que o debate sobre renda permanece incipiente e, em grande parte, subordinado à noção de “acesso ao trabalho”. Poucos estudos abordam a renda como categoria analítica autônoma, capaz de problematizar a redistribuição de riqueza, o papel das políticas sociais de transferência de renda ou as novas formas de exploração decorrentes da uberização e da economia de plataformas. Essa lacuna indica a necessidade de aprofundar o diálogo entre educação, economia e sociologia do trabalho, incorporando abordagens interdisciplinares que superem a leitura estritamente pedagógica.

Outro ponto relevante diz respeito à ausência de estudos empíricos de longa duração, que acompanhem os efeitos das políticas educacionais e de emprego sobre as trajetórias de vida dos jovens. A predominância de análises teóricas e de estudos de caso pontuais limita a compreensão da articulação entre educação, trabalho e cidadania no contexto das transformações estruturais do capitalismo. Torna-se, portanto, urgente fomentar pesquisas de



caráter longitudinal e qualitativo, que deem voz aos próprios jovens e permitam compreender suas estratégias de resistência, expectativas e formas de sociabilidade.

Também se constata que ainda há espaço para fortalecer uma perspectiva interseccional, articulando juventude com gênero, raça e território. O cruzamento dessas dimensões amplia o entendimento sobre como as desigualdades se expressam nas experiências juvenis e nas oportunidades de inserção social, permitindo visibilizar juventudes plurais, especialmente aquelas historicamente silenciadas: jovens negras e negros, indígenas, periféricos, LGBTQIAPN+, rurais e de comunidades tradicionais.

Por fim, o conjunto das produções analisadas revela que, mesmo diante das contradições e dos limites impostos pelas reformas neoliberais, como a Lei nº 13.415/2017, que fragilizou a integração entre formação geral e técnica, há também potencialidades e movimentos de resistência no campo da Educação Profissional e Tecnológica. As experiências formativas desenvolvidas nos Institutos Federais, nas redes estaduais e em projetos sociais de base comunitária demonstram que é possível construir práticas educativas comprometidas com a formação integral, a emancipação e a justiça social.

Assim, o estudo reforça que a pesquisa educacional sobre juventudes, trabalho e renda deve continuar a se expandir, tanto em escopo teórico quanto em abrangência empírica, para compreender de forma mais ampla os efeitos das transformações contemporâneas do mundo do trabalho sobre as juventudes brasileiras.

Investigações futuras poderão aprofundar questões como o impacto das novas tecnologias e do trabalho remoto nas formas de inserção e exclusão juvenil; as estratégias de resistência e organização política das juventudes frente à precarização; e as possibilidades de construção de uma educação profissional verdadeiramente integrada, voltada não apenas à empregabilidade, mas à formação omnilateral e emancipadora, conforme propõem Marx (1983) e Saviani (2006).

Somente por meio de uma educação pública, democrática e socialmente referenciada será possível enfrentar as desigualdades estruturais e garantir às juventudes o direito de sonhar, criar e transformar a realidade em que vivem.



V- REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. *Juventudes e desigualdades: perspectivas, desafios e trajetórias*. Brasília: UNESCO, 2019.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394/1996 e nº 11.494/2007, estabelece diretrizes para o Ensino Médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventudes e escolarização: entre inclusão e exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2019.

DAYRELL, Juarez. *Juventude e escola: sentidos e desafios*. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2007.

LEÃO, Geraldo. *Políticas públicas de juventude e trabalho no Brasil: desafios e contradições*. Brasília: IPEA, 2020.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Boitempo, 1983.

SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

